

O PAPEL DO CONCEITO DE JUSTO MEIO NA ÉTICA A NICÔMACO

Fernando Luís do NASCIMENTO¹

RESUMO

Este texto pretende apresentar o conceito de justo meio como um elemento de convergência entre sabedoria prática e virtude moral, dois dos mais importantes elementos da ética aristotélica. Acreditamos que um desenvolvimento prévio da *Ética a Nicômaco* nos permite traçar um itinerário a partir dos dois extremos conceituais da virtude moral e da sabedoria prática e buscarmos uma rota que leve, tanto partindo de um dos extremos, como do outro, a um ponto de confluência. Este ponto de confluência não é outro senão o justo meio, conforme pretendemos defender nestas próximas seções. Tentaremos fazer algumas análises paralelas e complementares para justificar mais solidamente esta nossa tese. Trataremos de buscar elementos tanto no domínio da lógica quanto no próprio domínio da pragmatéia intrínseca a qualquer observação e possível conclusão dentro do escopo da análise ética. Uma vez apresentada esta função nuclear do justo meio, buscaremos algumas outras observações que salientem a importância de um estudo mais aprofundado

⁽¹⁾ Mestrando em Ética (PUC-Campinas), bolsista CAPES.

deste conceito como elemento central de estudo para uma correta compreensão da ética aristotélica.

Palavras-chave: Ética, Justo Meio, Aristóteles, Sabedoria Prática, Virtude Moral.

A DECISÃO E O PROCESSO DELIBERATIVO

Através da discussão sobre a decisão e sobre o processo deliberativo vamos examinar mais diretamente a interação entre a sabedoria prática e a virtude moral. Este exame é fundamental para avançarmos consistentemente em direção a uma melhor compreensão do papel do justo meio na ética aristotélica, pois é justamente ele (o justo meio) o elo fundamental entre a virtude da alma desejanste e do intelecto prático.

Começemos por definir diretamente o termo decisão (*prohairesis*) e a partir desta definição analisaremos seus termos componentes e conseqüências. Decisão é a confluência entre o desejo e o pensamento, é o resultado do processo de deliberação operado pela sabedoria prática e pelo desejo gerado através da virtude moral. Busquemos uma explicitação das etapas deste processo.

Inicialmente a virtude moral considera o desejo de um fim qualquer. Em primeiro lugar, é importante notar que este fim foi, na verdade, indicado à virtude moral pela sabedoria prática. Com relação a esta afirmação faremos ainda algumas observações em seguida no texto, porém neste momento preferimos manter a linha principal do raciocínio sobre o processo de deliberação.

No momento em que a virtude moral deseja um fim, este fim ainda é um “querer vão”, ou um “desejo cego”, pois ainda não foi verificada a possibilidade de que este desejo seja levado a ato. Trata-se de um simples querer, que se não for examinado e se um “plano de ação” não for traçado para que este fim seja atingido ele não passará de uma idéia sem efeito algum.

Pois bem, é justamente este desejo do fim não-trabalhado que a virtude moral compartilha com a sabedoria prática, solicitando que esta última verifique os meios para que este fim desejado seja atingido.

A sabedoria prática começa então uma “marcha para trás”, que partindo do fim último desejado pela virtude moral visa chegar ao meio mais próximo do sujeito agente, e nisto consiste o processo de deliberação (*bouleusis*). Como salienta Gauthier no seu comentário sobre a deliberação², o procedimento é parecido com uma seqüência de silogismos do qual se parte de uma premissa maior oferecida pela virtude moral e procura-se chegar à uma conclusão da ação imediata que o sujeito agente deve tomar para que o fim seja atingido.

Outro ponto importante a observar é que a sabedoria prática tem sempre como seu insumo um desejo escolhido pela virtude. O desejo do fim foi, pois, atualizado pela própria virtude. Na deliberação, a sabedoria prática acrescenta ao desejo do fim, o desejo dos meios que vão permitir a obtenção do fim. Neste sentido, a sabedoria prática é diretamente eficiente, pois o desejo do fim já está em ato e a escolha dos meios é incluída neste desejo, também em ato, passando diretamente para a ação.

O término do processo de deliberação é justamente aquele último meio concebido pela sabedoria prática que está ao alcance do homem, é portanto, do ponto de vista do homem, a primeira ação a ser tomada para que o fim seja atingido.

Trata-se, na verdade, de uma cadeia de causas e efeitos. Cada meio deliberado é uma causa que deverá produzir um efeito que leve o homem a aproximar-se do fim desejado pela virtude moral. A complexidade da deliberação, e portanto o grande esforço da sabedoria prática, é conseguir criar uma cadeia tal que cada efeito produzido seja capaz de tornar-se a causa do próximo efeito desejado, até que o último efeito, o fim pretendido, seja eficazmente atingido.

⁽²⁾ Cf. GAUTHIER, *Introdução à Moral de Aristóteles*, pp. 29-30.

O intrínseco relacionamento entre a virtude moral e a sabedoria prática fica patente neste processo e é definido de maneira sumária por Aristóteles da seguinte forma: “a obra de um homem só é perfeita quando está de acordo com a sabedoria prática e com a virtude moral; esta faz com que seja reto o nosso propósito; aquela, com que escolhamos os devidos meios”³.

Devemos agora reapresentar a definição inicial à luz destas considerações da seguinte maneira: a decisão é o desejo do querer esclarecido, fixo e tornado eficaz pela deliberação.

Da origem dos fins tomados como desejo

Cabe a nós, neste instante, uma breve reflexão sobre a origem dos fins que a virtude moral toma como desejos. Inicialmente poderíamos identificar duas origens possíveis: uma na própria virtude moral e outra na sabedoria prática. Assim os fins poderiam ser concebidos em uma de duas partes da alma, a saber: na alma desejante ou na alma racional (mais especificamente no intelecto prático).

Gauthier é bastante enfático em relação a este ponto e afirma categoricamente que “não é a virtude moral que conhece o fim, pois é à sabedoria prática que pertence conhecer o fim”⁴. Ele ainda afirma que a virtude moral deve tomar por fim aquilo que a sabedoria prática nos diz ser o fim. Portanto, não resta a menor dúvida que, para Gauthier, a origem dos fins que levam às decisões morais acontece na própria inteligência, e que a virtude moral apenas acolhe este fim, o escolhe e a partir de então o assume como algo a ser buscado e atingido através da prática.

Colabora para esta posição a análise ética medieval feita por Santo Tomás de Aquino e baseada nos conceitos éticos Aristotélicos. No discurso sobre a moral de Santo Tomás, o autor esclarece que o

³ Cf. *Ética a Nicômaco*, 1144a, 5-10.

⁴ GAUTHIER, *Introdução à Moral de Aristóteles*, p.78.

ponto de partida para a atividade moral é a inteligência, o que equivale dizer em termos aristotélicos, que o primeiro movimento para a determinação do fim moral será dado pela sabedoria prática. Vejamos um trecho esclarecedor: *“Le point de départ de l’activité morale est évidemment dans l’intelligence. On ne fait rien, moralement, sans le vouloir; mais aussi ne veut-on rien sans l’avoir connu: ignoti nulla cupido. Le premier temps est donc celui-ci: voir le bien; ce qui revient à dire: prendre conscience d’une fin, car le bien et la fin coïncident”*⁵.

Em discordância aparente com esta posição se apresenta Giovanni Reale quando afirma que a sabedoria prática “não indica, nem determina os fins, que são capturados pela virtude moral que retifica o querer de modo correto”⁶.

Antes porém de confrontar Reale exteriormente com Gauthier, devemos analisar sua obra no desenvolvimento do argumento acima exposto. Ele nos diz neste desenvolvimento que “só a sabedoria nos indica os fins para alcançar o bem, caso o alcançássemos sem a sabedoria, só o alcançaríamos por uma espécie de natural inclinação”, sem virtude portanto. Fácil é notar a contradição explícita em relação à primeira posição e a coerência deste segundo com a posição apresentada por Gauthier. Sem termos condições de avaliar as peculiaridades que podem estar envolvidas nesta aparente contradição de Reale, apenas entendemos que esta segunda postura parece mais coerente com o que já foi apresentado até aqui neste texto e, mais do que isso, com o direcionamento que pretendemos dar para a discussão sobre o justo meio.

Há ainda uma segunda discussão pertinente a este tópico, levantada pelo comentário de Zeller-Mandolfo sobre uma possível aporia no pensamento aristotélico acerca desta conceituação. Vejamos o argumento apresentado por Zeller: “A virtude, no fundo, consiste em manter o justo meio, e este só pode ser determinado pela sabedoria; se

⁽⁵⁾ Le morale de Saint Thomas D’Aquin, p.21.

⁽⁶⁾ REALE, **História da Filosofia Antiga** Vol II, p.418.

é assim, a tarefa da sabedoria não consiste só na busca do meio para alcançar fins éticos: sem ela não é possível nem sequer determinar exatamente aqueles fins e, por outro lado, a perspicácia só merece o nome de sabedoria quando se dedica a realizar os fins éticos”.

Parece-nos que esta aporia somente se consolida a medida que sincronizamos a determinação do fim desejado à determinação dos meios para obtenção deste fim. No entanto, este problema poderia ser contornado se pensássemos neste processo de forma seriada e seqüencial. Ou seja, em um primeiro momento a sabedoria prática indica os fins a serem acolhidos pela virtude, que depois de escolhê-los e mantê-los como seus desejos, os submete em um segundo momento novamente à sabedoria prática para que esta realize o processo de deliberação dos meios para obtenção do fim desejado.

Sendo assim, concluímos esta seção, afirmando que os fins são concebidos pela sabedoria prática que os comunica à virtude moral. Esta por sua vez, dada sua receptividade virtuosa aos ditames da sabedoria prática, acolhe este fim apresentado como um justo meio e passa a desejá-lo.

O Papel central do justo meio

Foi nossa intenção até o momento neste texto, relembrar a importância fundamental dos conceitos de sabedoria prática e de virtude moral no plano aristotélico. Na verdade, sobre estes dois conceitos está baseada toda a estrutura da argumentação ética do Estagirita.

Gauthier ressalta este intrínseco relacionamento entre estas duas virtudes de maneira exemplar: “Na Verdade, virtude moral e sabedoria interpenetram-se mutuamente não se podendo definir uma sem a outra”⁷. Mais do que isto, Aristóteles poderia ter começado sua

⁷ GAUTHIER, *Introdução à Moral de Aristóteles*, p.69.

exposição ética a partir de qualquer um dos dois conceitos, pois necessariamente um levaria ao outro.

O próprio Aristóteles deixa extremamente claro o protagonismo destes conceitos para a definição de seus critérios éticos: “Por outro lado, a obra de um homem só é perfeita quando está de acordo com a sabedoria prática e com a virtude moral...”⁸.

Estas observações são verdadeiramente basilares para reconhecermos a importância do nosso objeto de estudo. Toda a cadeia de argumentação ética do Estagirita está, em grande parte, baseado em dois conceitos que possuem uma tendência a convergência e mais que isso, possuem um (ou mais) elementos de intersecção. Estes elementos certamente estarão no coração do edifício ético aqui em estudo. Nosso objetivo nesta seção será, portanto, buscar qual seria este elemento de ligação entre a sabedoria prática e a virtude moral, pois nele certamente se encontrará uma chave crucial de interpretação da obra moral aristotélica.

Análise lógico-formal

Iniciemos esta prospecção buscando, através de uma rudimentar análise formal, haurir o elemento de ligação entre a sabedoria prática e a virtude moral. Para tanto, tomemos como ponto de partida a definição de virtude moral apresentada pelo Filósofo: “A virtude (moral) é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente em um justo meio⁹, isto é, um justo meio relativo a nós, o qual é determinado por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática”¹⁰.

⁽⁸⁾ Cf. *Ética a Nicômaco*, 1144 a, 7.

⁽⁹⁾ A tradução que indicamos na bibliografia utiliza o termo “mediania”, porém para mantermos a uniformidade na terminologia ao longo do texto tomamos a liberdade de alterar “mediania” por “justo meio”. A própria referência que Gauthier (op.cit p.69) faz a este trecho utiliza o termo “justo meio”.

⁽¹⁰⁾ *Ética a Nicômaco*, 1106b 36; 1107 a 2.

A virtude moral é então uma disposição de caráter cuja essência está em ser um justo meio. Fundamental é perceber o que se segue : este justo meio não é concebido pela própria alma desejante, mas é determinado por uma outra entidade, por um outro princípio racional. Ora, este princípio racional é fruto da atividade do Intelecto prático, quando dotado de sabedoria prática. Sendo assim, é claro que é a sabedoria prática que tornando o intelecto prático virtuoso o capacita a determinar o justo meio que define a virtude moral.

A essência da virtude moral, o justo meio, é, portanto determinado pela sabedoria prática. Aí está o ponto de contato formal entre os dois conceitos que pretendíamos encontrar.

De outra maneira, poderíamos dizer que: “Toda virtude moral é essencialmente um justo meio” e que “Todo justo meio é determinado através da sabedoria prática”. Neste sentido, o conceito de justo meio aparece como um ponto de ligação lógica entre os pilares da ética aristotélica.

Análise prática

Do ponto de vista da ação ética (*práxis*) deve ficar ainda mais claro o papel de ligação que o justo meio desenvolve entre a sabedoria prática e a virtude moral.

Quando o sujeito ético se vê diante de uma situação que exige uma reflexão ética, tanto o desejo quanto o raciocínio devem concorrer para que a decisão seja de fato boa. Mas como esta comunicação pode acontecer?

Esta comunicação acontecerá propriamente através do justo meio. Diante de uma situação que demanda uma escolha moral, a sabedoria prática deve agir sobre o intelecto para que este possa avaliar as possibilidades de reação e encontrar a melhor opção. O resultado desta análise racional operada pelo intelecto prático tornado virtuoso pela sabedoria prática será exatamente o justo meio. É este

justo meio que será comunicado à parte desejante da alma para que esta, dotada de virtude moral, acolha-o como sua escolha e o torne objeto fim de seu desejo. A partir de então terá início uma segunda etapa deste processo que visará determinar os meios para atingir este fim desejado.

O justo meio é exatamente esta possibilidade de ação e de escolha claramente identificada pela sabedoria prática que se apresenta à alma desejante. É importante notar que, se esta entidade não fosse claramente individualizada e apontada, todo este processo de comunicação ficaria incompleto e sua compreensão seria certamente limitada. À nossa alma desejante precisam ser apresentadas entidades para escolha que sejam de definição inequívoca, pois caso contrário a própria validade da escolha seria dubitável. É este o papel do justo meio.

Talvez neste ponto seja conveniente a utilização de um exemplo para salientarmos a importância que pretendemos destacar sob este ponto de vista prático. Vamos considerar neste exemplo que estamos tratando de um homem que, em uma batalha, precisa tomar uma decisão ética na qual está em jogo a virtude da coragem.

Este homem precisa decidir se deve ou não avançar a linha do inimigo para permitir uma maior proteção a seus aliados. Neste primeiro momento de decisão, é justamente a razão deste homem que precisará operar. É o intelecto prático que possui a missão de verificar em situação quais as possibilidades, quais os riscos, quais as conseqüências de determinada ação. É evidente que o que está em jogo aí é a coragem, pois o excesso ou a falta serão viciosos e podem indicar ou a confiança ou a covardia.

Uma vez analisados todos os condicionantes e o próprio estado do homem que fará a escolha, o intelecto prático conceberá um princípio para a possível ação. Este princípio, se for influenciado pela sabedoria prática, será o justo meio virtuoso dentro das possibilidades consideradas. Ora, mas apenas conhecer o que deve ser feito não é suficiente para que a ação boa seja realizada e para que o homem seja bom. É necessário que este princípio se torne a escolha do homem

virtuoso, porém para tanto ele precisa ser comunicado a alma desejante de uma maneira clara e bem definida: esta maneira de comunicação é exatamente o justo meio.

O aspecto cultural do Justo Meio

O conceito de justo meio possui uma relevância não apenas na ética aristotélica, mas em toda a tradição cultural grega, ou seja, na base das reflexões filosóficas ocidentais já se apresentava o conceito de justo meio. Mais do que isso, é razoável acreditar que o Estagirita tenha tido como ponto de partida este dado cultural da civilização helênica para a elaboração de alguns dos pontos fundamentais da sua elaboração sobre a filosofia prática.

Giovanni Reale destaca esta influência¹¹ lembrando que conceitos como “via média”, “nada em excesso” e “justa medida”, já eram elementos morais presentes em outras fontes como nos poetas e nos sete sábios. Além disso, conceitos análogos já haviam sido propostos pelos pitagóricos e pelo próprio Platão.

Este aspecto também é discutido por Gauthier, que ao referir-se à origem da idéia de justo meio diz o seguinte: “Encontramo-la no século V a.C. em todos os campos: nos jovens físicos jônicos, em Pródicos, que a introduzem nas matemáticas e sobretudo nos médicos, sendo através da Medicina que ela passou, com Demócrito, à filosofia moral”¹².

Pedagogia do Justo Meio

O justo meio pode ser encarado também como um conceito fundamental para a pedagogia ética, fundamental dentro da proposição do Estagirita. Esta pedagogia pode ser entendida de duas maneiras

⁽¹¹⁾ Cf. REALE, *História da Filosofia Antiga* Vol II, p.415.

⁽¹²⁾ GAUTHIER, *Introdução à Moral de Aristóteles*, p.56.

bem distintas: uma interna ao homem bom e outra externa, relacionada ao processo de educação de um homem por outro.

Quando falamos desta dimensão interna da pedagogia à qual se presta o justo meio estamos fazendo referência ao inter relacionamento entre a sabedoria prática e a virtude moral. A sabedoria prática é a formadora da virtude moral e este processo de educação utiliza como forma privilegiada de transmissão o justo meio. A virtude moral é um hábito (*héxis*) gerado a partir de uma série de escolhas, por parte da alma desejanste, do justo meio apresentado e ensinado pela sabedoria prática.

Neste sentido, é interessante notar que, conforme dissemos anteriormente, Aristóteles acredita que a virtude moral vá sendo racionalizada a partir de escolhas boas. Esta modelagem da virtude moral a partir da sabedoria prática acontece por intermédio do justo meio. O justo meio sendo proveniente da sabedoria prática, traz consigo uma carga de racionalidade que ao ser recebida, acolhida e desejada pela parte desejanste da alma, é assimilada por esta parte criando e consolidando a virtude moral.

A segunda modalidade pedagógica do justo meio é mais evidente e está relacionada com o processo de educação entre os homens, tal qual estamos acostumados a entender. As definições dos arcabouços objetivos das diversas virtudes foram feitas por Aristóteles desde o livro III ao livro IV da *Ética a Nicômaco* baseadas no justo meio.

Estas considerações objetivas do justo meio são extremamente pedagógicas, pois apresentam de maneira uniforme e consistente a essência ética da ação humana nas diversas situações que requerem uma resposta virtuosa. É através da interiorização destes modelos objetivos das virtudes baseados no justo meio que a sabedoria prática terá uma estrutura básica para que o processo de raciocínio acerca do justo meio relativo a cada pessoa (aquele que realmente vai caracterizar um homem virtuoso) possa ser iniciado.

CONCLUSÃO

As observações e análises feitas ao longo deste texto nos permitem afirmar que a tese inicialmente proposta de que o justo meio deveria ser encarado como um elemento de ligação fundamental na ética aristotélica parece corresponder de maneira sustentável ao núcleo da intenção e desenvolvimento moral apresentados pelo Estagirita na *Ética a Nicômaco*.

Parece-nos extremamente proveitosa esta abordagem por permitir que boa parte dos conceitos cardiais deste sistema ético sejam estudados de maneira estruturada e com um objetivo bem determinado. O caminho percorrido foi, desde o início, um caminho de convergência ao justo meio. Acreditávamos que nas bordas “internas” dos conceitos de virtude moral e sabedoria prática encontraríamos o justo meio. E decidimos portanto partir das bordas “externas” destes conceitos e caminharmos suscintamente nesta direção ao longo da primeira seção. A última seção foi justamente uma análise desta convergência, que mais que uma borda em comum, se apresentou com uma área conceitual de intersecção bem delimitada.

Um dos pontos que desde o princípio poderiam se tornar um problema para o desenvolvimento do nosso argumento é o fato de que várias análises dos textos éticos aristotélicos sempre consideram o justo meio como a essência da virtude moral, o que é obviamente correto, mas encerram sua análise por aí. Estas análises não dão relevância a maneira como esta essência da virtude moral é determinada pela sabedoria prática. Ora, mesmo o justo meio sendo a definição específica da virtude moral, ele continua sendo uma elaboração da parte racional guiada pela sabedoria prática.

Acreditamos que este estudo serviu também para resolver um incômodo que poderia apresenta-se em uma primeira leitura da *Ética a Nicômaco*. Como, praticamente, o homem faz suas escolhas e toma suas ações éticas, segundo Aristóteles? Qual o fio condutor que une todos os conceitos apresentados para que as ações éticas venham

de fato a acontecer. Acreditamos que o estilo especulativo do Estagirita gera este aparente desconforto numa abordagem inicial, mas, sem dúvida, a análise a partir do justo meio do fluxo de atividades da alma que geram uma ação ética é fundamental para a compreensão de um assunto, que, apesar do rigor teórico necessário, deve ser sempre extremamente prático.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo, Nova Cultural, 1987. Coleção Os Pensadores. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim.
- GAUTHIER, René-Antoine. **Introdução à Moral de Aristóteles**. Lisboa, Publicações Europa-América. Trad. Maria José Ribeiro.
- REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga** Vol II. São Paulo, Loyola, 1994. Trad. Henrique de Lima Vaz e Marcelo Perine.
- BERTI, Enrico. **As razões de Aristóteles**. São Paulo, Loyola, 1998. Trad. Dion Davi Macedo.
- PHILIPPE, Marie-Dominique. **Introdução à Filosofia de Aristóteles**. São Paulo, Paulus, 2002. Trad. Gabriel Hibron e Benôni Lemos.
- REALE, Giovanni, ANTISIEMI, Dario. **História da Filosofia** Vol. I. São Paulo, Paulus, 1990.
- LIMA VAZ, Henrique C. **Escritos de filosofia IV – Introdução à ética filosófica**. São Paulo, Loyola, 1999.